ATA 15, REUNIÃO ORDINÁRIA
13 DE NOVEMBRO DE 2024

Cleohara, Presidente do conselho municipal de saúde, começou a reunião do dia treze de novembro de 2024, às oito e quarenta e um. A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Cleohara, iniciou sua fala mencionando desafios e conflitos enfrentados, mas destacou a importância da união e da fé. Ela pediu um momento de oração (Pai Nosso) para fortalecer o compromisso do conselho com a melhoria da saúde em Tianguá. Em seguida, explicou a pauta da reunião, destacando duas apresentações: uma do GT do Cuidar e outra sobre a farmácia, que já havia sido abordada anteriormente, mas cuja representante não pôde comparecer na ocasião. Cleohara ressaltou a importância do momento com a secretária de saúde, incentivando os participantes a anotarem suas dúvidas e aproveitarem para questionar, criticar e alinhar questões importantes para o conselho. Em seguida, passou a palavra para a colega responsável pelo GT do Cuidar. Amanda, psicóloga e integrante do GT de Oferta de Materiais de Consumo, Serviço e Atendimento Especializado, explicou que o grupo trabalha para garantir a integralidade do atendimento aos usuários do SUS, fornecendo materiais e serviços multiprofissionais. Ela destacou que a regularização e implementação do setor ainda dependem da definição do organograma da Secretaria de Saúde e da aprovação, pela Câmara de Vereadores, do projeto que regulamenta benefícios, como fraldas e equipamentos. No segundo quadrimestre, foram cadastrados 151 novos pacientes e realizadas 282 liberações de fraldas, com cada paciente recebendo 32 unidades por mês. Para pacientes com determinação judicial, a quantidade varia entre 90 e 180 unidades mensais. Amanda também mencionou a parceria com o Centro de Ostomizados da Policlínica em Fortaleza, garantindo a oferta de bolsas de colostomia. O processo envolve o cadastro dos pacientes na prefeitura, o agendamento pelo GT e a retirada das bolsas diretamente na prefeitura. No período analisado, foi realizada a avaliação de um novo paciente, uma reavaliação e a entrega de 445 bolsas de colostomia. Amanda destacou a retomada da parceria com a CAF, que havia sido desfeita anteriormente. Antes, a entrega de materiais como suplementos e frascos era feita no depósito do Zezinho, mas o GT trouxe essa distribuição para dentro do próprio setor, que agora conta com um depósito próprio. Ela também mencionou o serviço de oxigenoterapia domiciliar, mantido por meio de um contrato com a empresa Lockmed, que disponibiliza um técnico para suporte. No segundo quadrimestre, o serviço atendeu 58 pacientes, mas não houve ampliação do atendimento. Sobre o programa NUTRI, responsável pelo fornecimento de fórmulas e suplementos, Amanda informou que o município de Tianguá aderiu a um contrato já existente de outro município. No segundo quadrimestre, 121 novos pacientes foram avaliados pelos nutricionistas e 3.731 unidades de fórmulas e suplementos foram dispensadas aos pacientes. Amanda explicou que o programa NUTRI tem parceria com a equipe multiprofissional, garantindo que pacientes atendidos por nutricionistas também tenham acesso à fisioterapia quando necessário. No segundo quadrimestre, foram realizados 205 atendimentos fisioterapêuticos para pacientes do programa. No entanto, a fonoaudióloga do município, por ser a única, não consegue atender a demanda do NUTRI, atendendo apenas os pacientes da rede municipal. Ela mencionou que ainda estão em fase de elaboração planos para tratamento de espasticidade, aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, além de uma parceria com a saúde bucal, que encaminhou dois pacientes no período. Também houve a participação de funcionários do setor em três eventos de capacitação e educação. Sobre a aquisição de meios auxiliares de locomoção, como cadeiras de rodas, muletas e cadeiras higiênicas, Amanda explicou que atualmente essa responsabilidade é do estado. O município ainda possui alguns equipamentos, mas eles são apenas

cedidos temporariamente aos pacientes em tratamento. Quando o paciente conclui o uso, o item deve ser devolvido para ser reutilizado por outra pessoa. Ela destacou que, antes, o estado entregava as cadeiras diretamente ao GT, que entrava em contato com os pacientes para a retirada. Agora, a distribuição ocorre via policlínica, mediante agendamento pela central de marcação. Como os pacientes dos municípios precisam competir por um número reduzido de vagas, muitos não conseguem acesso ao equipamento necessário, tornando o processo mais difícil e menos ágil. Por fim, Amanda mencionou projetos em desenvolvimento, como o "Projeto Cuidar", a aquisição de curativos tecnológicos para reduzir custos e melhorar a assistência aos pacientes, além da realização de oficinas de educação em saúde para capacitação e acolhimento. Cleohara informou que, após a apresentação da colega, o momento estava aberto para dúvidas, críticas e elogios por parte dos participantes. A conselheira Eliete questionou a transferência da responsabilidade pela aquisição de cadeiras de rodas para a policlínica, afirmando que isso não isenta o município de seu papel no acompanhamento dos pacientes. Ela criticou a falta de informações sobre a distribuição das cadeiras pela policlínica e ressaltou que, como a unidade também é mantida pelo município, deveria haver um compartilhamento das informações sobre os atendimentos. Eliete destacou que os pacientes não podem ser deixados sozinhos para resolver suas necessidades, sem suporte ou acompanhamento adequado. Para ela, o município não pode simplesmente repassar a responsabilidade e deixar os pacientes sem assistência, especialmente considerando que a fila de espera é compartilhada com outros municípios e que há um número limitado de cadeiras disponíveis. Ela cobrou que a Secretaria de Saúde tome providências para garantir que os pacientes sejam devidamente assistidos e não fiquem desamparados enquanto aguardam o equipamento. Além disso, solicitou maior transparência na prestação de contas, incluindo informações sobre quantos pacientes estão sendo beneficiados, quantos ainda aguardam e qual o tempo médio de espera para receber as cadeiras. Eliete enfatizou a necessidade de uma postura mais responsável e comprometida por parte do município. Amanda explicou que a intermediação entre os pacientes e a policlínica para o recebimento de cadeiras de rodas é feita pela Central de Regulação. Essa central mantém o controle sobre quantos pacientes se cadastram, quantos são chamados para avaliação e quantos recebem as cadeiras. Segundo ela, é possível obter essas informações diretamente com a Central de Regulação. Sobre as cadeiras pertencentes ao município, Amanda afirmou que elas são tombadas e controladas pela administração municipal, mas atualmente todas estão em uso por pacientes. A liberação de uma cadeira só ocorre quando um paciente finaliza o tratamento e faz a devolução. Ela destacou que não é possível simplesmente recolher uma cadeira da casa de um paciente sem que ele tenha concluído seu uso, já que o equipamento é cedido mediante solicitação médica. Por fim, Amanda esclareceu que a gestão dessas cadeiras não é mais responsabilidade do GT, pois essa função foi transferida para outro setor. Cleohara questionou o processo de aquisição de cadeiras de rodas, observando que o município apenas envia a demanda para outro órgão responsável, ficando dependente da execução desse processo. Ela ponderou que essa mudança tornou o sistema mais deficiente, citando o exemplo de uma colega que lutou por uma cadeira de rodas, mas não conseguiu ser beneficiada. Ela relembrou que, antes, o pedido era enviado diretamente ao estado, que contemplava o usuário e encaminhava as cadeiras para a 17ª Regional de Saúde, onde os pacientes faziam a retirada. Depois, com a criação do GT, a gestão das cadeiras passou a ser feita por esse grupo. No entanto, mais recentemente, a responsabilidade foi transferida para a policlínica, tornando o processo mais burocrático. Cleohara concluiu dizendo que a questão é complexa, mas destacou que, com a presença da Secretaria de Saúde na reunião, haveria a oportunidade de discutir o problema e buscar soluções. O conselheiro Leandro criticou a forma como as mudanças no processo de aquisição de cadeiras de rodas foram implementadas,

afirmando que as decisões são tomadas pelo estado sem consulta prévia ao município ou ao Conselho de Saúde. Ele ressaltou que, quando as mudanças chegam ao município, já vêm como um fato consumado, sem que haja diálogo ou aviso prévio. Leandro enfatizou que a situação piorou com a nova forma de distribuição das cadeiras e sugeriu que a responsável pelo setor do cuidado se reúna com a secretária de saúde para discutir alternativas que beneficiem os pacientes. Ele reforçou que todas as decisões deveriam passar pelo Conselho Municipal de Saúde e questionou o papel da CESAU (instância estadual) nesse processo. Cleohara informou que a questão das cadeiras de rodas já foi discutida no CESAU, mas não foi aprovada. No entanto, a Secretaria Estadual de Saúde está sendo constantemente acionada em caráter de urgência para buscar uma solução. Atualmente, o processo depende de uma licitação, e os conselheiros estaduais estipularam um prazo até dezembro para que a situação seja resolvida. Cleohara destacou que há um distanciamento entre o GT e a gestão de saúde do município, o que torna os processos mais difíceis. Ela defendeu a necessidade de maior unidade e colaboração dentro da saúde, seja por meio de críticas construtivas, reconhecimento dos avanços ou apontamento de deficiências. Para ela, é fundamental que todos trabalhem juntos, de forma mobilizada, para garantir um SUS de qualidade para os usuários. A conselheira relatou casos de pacientes em situações precárias devido à falta de cadeiras de rodas adequadas. Ela mencionou uma pessoa que aguarda há muito tempo para receber uma nova cadeira e outra, uma idosa que faz fisioterapia, mas só tem uma cadeira de banho com a roda quebrada, sendo obrigada a usá-la para se locomover. Para ela, a discrepância entre quem espera por uma cadeira nova e quem não tem nenhuma mostra que o serviço ainda deixa a desejar e precisa ser melhorado. Cleohara perguntou se a equipe do GT do Cuidado está completa e solicitou que fossem listados os profissionais que a compõem. Amanda explicou que, atualmente, o GT do Cuidar é composto por ela, como psicóloga, Daniela, como nutricionista, e Brenda, como fisioterapeuta. No entanto, essas profissionais fazem parte da equipe multiprofissional e estão assumindo o GT temporariamente. Ela também mencionou que o GT não conta mais com uma auxiliar administrativa e que a coordenadora está ausente. Cleohara falou sobre a coordenadora do programa, destacando suas qualidades profissionais excepcionais. Ela mencionou que a coordenadora, após uma gestação e devido ao ambiente de trabalho tóxico, pediu para se afastar, pois não conseguia mais lidar com as dificuldades no trabalho. Cleohara explicou que, apesar da coordenadora ser uma profissional dedicada, a situação de estresse e a agressão tanto por parte dos superiores quanto dos usuários a levaram a pedir afastamento. Ela ainda está de licença e tirará férias para tentar amenizar a situação. Eliete questionou a existência e o funcionamento do programa, destacando que, se o equipamento não está funcionando adequadamente, as pessoas não estão sendo atendidas como deveriam. Ela levantou a dúvida sobre a eficácia do programa, sugerindo que algo precisa ser feito para que o equipamento funcione corretamente. Cleohara destacou que três profissionais estão atuando dentro do equipamento, mas não deveriam estar ali. Eles deveriam estar em campo, realizando visitas e trabalho direto, mas devido à falta de um auxiliar administrativo, eles assumiram a parte burocrática para manter o programa funcionando. Ela convidou os colegas para visitarem o local, pois sem essa ajuda, o programa não avança como deveria. Além disso, mencionou que, devido a uma recomendação do Ministério Público, esses profissionais não poderão mais exercer funções fora de suas atribuições e terão que retornar aos seus trabalhos originais, deixando o futuro do programa incerto. Jayne, farmacêutica da farmácia municipal, iniciou sua fala destacando a importância de discutir a saúde mental dos profissionais de saúde. Ela compartilhou sua experiência pessoal de se sentir adoecida devido ao desgaste do trabalho, enfatizando que, embora isso possa parecer insignificante para quem está de fora, é extremamente relevante para quem está na rotina intensa. Jayne ressaltou que a sobrecarga de

trabalho, como no caso da farmácia, é desgastante e afeta tanto os profissionais quanto os usuários, refletindo na qualidade do atendimento. Ela também mencionou a otimização do trabalho com estagiários e o valor das atividades educativas para os usuários, mas a principal preocupação foi o impacto do estresse e do adoecimento mental dos trabalhadores da saúde. Cleohara ressaltou a importância de cuidar dos profissionais de saúde, destacando que, enquanto eles cuidam dos outros, frequentemente não têm quem cuide deles. Ela mencionou que, após a pandemia, os profissionais ficaram mais vulneráveis ao adoecimento mental, como ansiedade e depressão, o que também afeta os usuários. Cleohara relembrou que, em uma reunião anterior, propôs à secretária a realização de um curso de humanização para os profissionais, enfatizando a necessidade de apoio psicológico para lidar com as dificuldades emocionais e o aumento da intolerância entre os trabalhadores da saúde. Eliete abordou a questão do profissional de saúde que, ao lidar com suas próprias dores e dificuldades, não pode transferir essas experiências para o usuário. Ela destacou a importância de o profissional manter o foco em servir, sem deixar que suas próprias questões pessoais interferam no atendimento, pois o usuário, ao buscar ajuda, não está preparado para compreender as dores do profissional, já que sua própria dor é o que importa naquele momento. Eliete enfatizou que, ao assumir a responsabilidade de servir, é fundamental respeitar a dor do outro e não deixar que a dificuldade do profissional prejudique o atendimento. Leandro passou a palavra para Amanda, questionando o que o GT precisa para melhorar e se há recursos disponíveis para isso. Ele mencionou que há leis relacionadas e que o conselho deve entender o que falta para melhorar, a fim de poder questionar e cobrar do secretário, reforçando a importância do GT nesse processo. Amanda explicou que o GT surgiu da necessidade do município de fornecer suplementos e órteses, unificando demandas antes tratadas judicialmente. Inicialmente, a demanda incluía apenas pacientes judicializados, mas a expansão permitiu atender a população em geral, com apoio de profissionais como agentes comunitários. Ela ressaltou que, diferente de setores como a farmácia municipal, o GT não tem um recurso próprio. Os recursos são misturados com os da Secretaria, que os destina conforme a necessidade, mas o GT não possui verba específica. Flávia, secretária municipal de saúde, explicou que a maioria dos materiais e insumos distribuídos pelo GT são de responsabilidade do estado, mas como o acesso ao estado é distante para os usuários, a Secretaria de Saúde acaba assumindo a distribuição. Ela destacou que o GT é um serviço caro e que, para custeá-lo, a Secretaria tem utilizado recursos de emendas e superado desafios em licitações. No entanto, ela ressaltou que problemas como a falta de insumos ainda ocorrem, como no caso da ritalina, devido à falta de matéria-prima, apesar de haver recursos financeiros e organização nas licitações. Leandro comentou sobre a importância do projeto para os usuários e a população, mencionando que, no passado, o município era responsável por todo o procedimento, mas agora o estado assumiu o controle, incluindo a verba. Ele questionou o papel do estado, destacando a burocracia envolvida e a falta de resposta eficiente nas questões que surgem na ponta, sugerindo que o estado não pode determinar tudo sem considerar a realidade local. Flávia detalhou que os fluxos de serviços para a distribuição de insumos como cadeiras de rodas, órteses e próteses são definidos pelo Ministério da Saúde, com recursos que são enviados para o estado, que assume a responsabilidade por essa parte do atendimento. Ela explicou que existe uma classificação de prioridade para esses serviços, onde pacientes com necessidades mais urgentes, como pessoas com AVC ou idosos, têm preferência no fornecimento de cadeiras de rodas, por exemplo, em relação a outros casos. Flávia afirmou que, apesar de entender a dor dos pacientes, esse processo tem muitas filas e dependem das prioridades estabelecidas pelo estado. Ela relatou também que, ao chegar ao município, propôs uma mudança no fluxo de como Tianguá poderia lidar com as demandas de cadeira de rodas. Em vez de encaminhar os pacientes para a Central de Marcação, ela sugeriu que o

GT tivesse acesso direto ao sistema para registrar as solicitações e acompanhar de perto o status das demandas. A ideia era que um profissional do GT fosse responsável exclusivamente por esse tipo de demanda, verificando diariamente os processos, entrando em contato com os órgãos estaduais e cobrando a liberação mais rápida das cadeiras de rodas, especialmente para aqueles com casos mais urgentes. Flávia também mencionou um incidente em que um paciente fez um grande alvoroço, reclamando que não havia recebido sua cadeira de rodas e até questionando o prefeito. No entanto, o caso estava envolvido em uma alegação de que o usuário queria receber a cadeira de rodas e, posteriormente, vendê-la. Ela explicou que, se não fosse pelo apoio de Amanda, o caso poderia ter se arrastado mais, mas foi resolvido rapidamente. Flávia ressaltou a importância de ter um acompanhamento contínuo das demandas para evitar esses impasses e garantir que os usuários realmente recebam o que necessitam, sem complicações ou desvios. Virgínia, conselheira, destacou a importância de cuidar dos profissionais de saúde, especialmente aqueles que estão na linha de frente, como os agentes de saúde e coordenadores, que também adoecem devido ao grande desgaste emocional e físico. Ela refletiu sobre o impacto da doença de uma coordenadora do GT e a necessidade de um olhar mais atento para esses profissionais, que estão constantemente lidando com a dor dos usuários. Virgínia sugeriu que, quando um membro da equipe está com problemas, os outros membros da equipe devem cuidar e apoiar essa pessoa, como uma forma de promover a saúde dentro do próprio grupo. Ela enfatizou a importância de humanização no atendimento, para que os usuários não se sintam abandonados ou negligenciados, o que é comum no sistema de saúde. Ela concluiu destacando que quando um profissional da linha de frente "cai", isso afeta diretamente o sofrimento dos usuários e que é necessário cuidar desses profissionais para evitar esse impacto negativo. Cleohara expressou a preocupação de Virgínia sobre a falta de cuidado com os profissionais de saúde, destacando que, enquanto cuidam dos outros, muitas vezes os próprios profissionais não recebem a assistência necessária. Ela levantou a questão de que, após a pandemia, muitos profissionais estão adoecidos e questionou se há propostas para oferecer suporte e cuidado adequado a esses profissionais. Flávia compartilhou com a equipe que possui um grande sonho, mas ainda não uma proposta definida. Ela falou sobre a realidade da saúde mental, destacando que tanto os profissionais da saúde quanto a população estão adoecendo emocionalmente, especialmente após a pandemia. Flávia mencionou como foi possível observar, durante sua campanha, a necessidade urgente de apoio psicológico para profissionais e pacientes, com muitos desses profissionais tendo dificuldades para dar conta das demandas. Ela relatou que, em algumas ocasiões, os atendimentos que fazia eram voltados apenas para ouvir as pessoas, já que muitos precisavam de uma conversa, e isso a fez perceber a grande demanda por apoio emocional. Ela então contou que começou a pesquisar sobre a telemedicina como uma forma de ajudar nesse cenário, especialmente em relação à saúde mental. Embora houvesse discussões sobre a legalidade e a adaptação da prática, ela acredita que a telemedicina pode ser uma boa solução, pois permite que as pessoas tenham acesso a psicólogos e psiquiatras de diferentes localidades. Ela citou exemplos de conhecidos que realizam terapia a distância com profissionais de outras cidades, como Fortaleza, Teresina, Rio de Janeiro, entre outras. Flávia destacou que, atualmente, o município possui uma quantidade limitada de psicólogos, o que torna a fila de atendimento muito longa. Ela comentou sobre a dificuldade, pois não é possível simplesmente pedir aos psicólogos que atendam mais pacientes de forma emergencial, pois isso não existe, pois é uma demanda que exigi de escuta. Em vez disso, ela acredita que é necessário implementar um serviço estruturado, como a telemedicina, para atender à crescente demanda. Embora ainda não tenha uma proposta formal para implementar o serviço, Flávia revelou que está em busca de soluções e já enviou e-mails solicitando propostas de planos para o projeto. Ela deixou claro que, embora tenha muitos sonhos e

ideias, é uma pessoa realista e entende a responsabilidade de gerir os recursos públicos, com o cuidado de analisar bem as propostas antes de tomar qualquer decisão. Eliete comentou com a secretária sobre a criação do GT (Grupo de Trabalho) para ajudar a resolver as necessidades dos usuários que precisam de cadeiras de rodas. Ela questionou se o GT foi realmente criado dentro do município, já que o estado ainda está com o programa ativo e não consegue atender a todos ao mesmo tempo. Ela também perguntou se as reuniões com o GT visam melhorar a situação, mas destacou que, apesar da criação do grupo, ele não está completo nem capacitado para atender adequadamente os pacientes, resultando em falhas no sistema. Quando o processo chega ao estado, ele não é liberado devido a erros no preenchimento das informações. Eliete pediu à secretária de saúde que olhasse com mais atenção para os pacientes que procuram a policlínica, pois está cansada da situação em que o serviço é mal gerido. Ela ressaltou que, embora a policlínica devesse ser adequadamente gerida, não há um gestor claro (como o prefeito), e a população está sendo mal atendida. Ela afirmou que o prefeito não pode continuar sendo negligente com a gestão da policlínica, pois a população está aguardando por longos períodos sem soluções. Eliete sugeriu que Marta, responsável pela gestão da policlínica, fosse convocada para o conselho municipal para explicar a situação e apresentar respostas, já que a falta de uma solução está gerando insatisfação na comunidade. Cleohara comentou com Eliete sobre a situação de convocar Marta para esclarecimentos no conselho municipal, dizendo que estava verificando se o conselho tinha autonomia para isso. Ela mencionou que, embora não fosse possível chamar Marta diretamente, poderia levar a questão ao conselho. Cleohara também fez uma observação sobre a regulação da clínica, afirmando que, se o processo estivesse sendo acompanhado adequadamente pela regulação municipal, a situação seria resolvida mais facilmente. Ela ressaltou que, no caso da cadeira de rodas, o problema envolvia um usuário que foi identificado pela equipe, mas como não há uma pessoa dedicada para fiscalizar, como um assistente social, o processo acaba sendo difícil de acompanhar e resolver. Cleohara, então, sugeriu que a secretaria respondesse à questão e se comprometeu a tentar convocar Marta para a próxima reunião da CESAU (Comissão Executiva de Saúde). Marrocos, conselheiro, explicou que a policlínica não tem autonomia para interferir na regulação do próprio município. Ela oferece um número limitado de serviços, como 20 fisioterapias, e o município é responsável pela regulação e encaminhamento dos pacientes. A policlínica é gerida pelo consórcio da Serra de Ibiapaba, cujo gestor é o prefeito de Tianguá, e a direção da unidade está sob a responsabilidade da doutora Marta. As demandas são gerenciadas em parceria com os municípios, com Tianguá pagando uma cota mensal que reflete a quantidade de serviços oferecidos. Marrocos esclareceu que a questão da cadeira de rodas é diferente, pois sofreu uma mudança na regulação, e, ao contrário do que se poderia pensar, a policlínica não é responsável por decidir quem vai ser atendido nesse caso. Flávia explicou que a policlínica faz parte do consórcio dos prefeitos, sendo o prefeito de Ibiapina o atual responsável, embora uma nova eleição esteja por vir, já que não há reeleição para o cargo dentro do consórcio. Ela ressaltou que a questão da policlínica está sendo discutida constantemente nas reuniões com os secretários do estado, pois há problemas no cumprimento das quantidades previstas na PPI (Programação Pactuada e Integrada), como no caso das fisioterapias e ressonâncias, onde a oferta é menor do que a quantidade prevista. Flávia informou que o Ministério Público e outros órgãos estão acompanhando a situação, e o governador já se reuniu com os gestores para buscar soluções, embora ainda não tenha dado uma resposta definitiva. Em relação às cadeiras de rodas, órteses e próteses, ela mencionou que está trabalhando para resolver a situação, mas preferiu não criar grandes expectativas para não gerar cobranças constantes. Flávia também destacou que protocolou demandas no estado e em Sobral para a entrega de aparelhos auditivos, mencionando que há 94 pessoas em Tianguá esperando por esse

atendimento, mas que, até o momento, nada foi resolvido. Ela enfatizou que está fazendo o possível para ajudar, embora os processos sejam dolorosos e desafiadores. Cleohara lembrou que a situação da policlínica não é única, destacando que a policlínica de Crateús também enfrenta problemas semelhantes, sendo alvo de fiscalização pelo Ministério Público. Ela mencionou que a secretária de saúde do estado se comprometeu a realizar um levantamento de todas as policlínicas, já que muitas delas estão com equipes deficientes. Em seguida, Cleohara anunciou que a colega começaria a apresentação sobre a farmácia, e depois haveria um momento para esclarecer dúvidas sobre o equipamento, com tempo para perguntas para o doutor Raul. Raul, farmacêutico da farmácia municipal, iniciou sua fala se apresentando e destacando o trabalho conjunto com a doutora Jayne. Ele falou sobre o plano da farmácia para o segundo quadrimestre de 2024, focando na assistência farmacêutica, com o objetivo de garantir a organização, controle e priorização do acesso aos medicamentos dentro do SUS. A primeira meta foi garantir 80% de acesso à população aos medicamentos essenciais, e em 2024, o município alcançou mais de 91% de acesso, com um crescimento contínuo nesse acesso. Jayne, também farmacêutica, complementou, explicando que os medicamentos dos programas de atenção básica, secundária e componentes estratégicos são adquiridos pelo estado, mas o município tem contribuído para aumentar o acesso, complementando a compra desses medicamentos. Ela destacou que, embora o município ainda não tenha alcançado 100% de acesso, a situação melhorou consideravelmente, com o estoque mais regular e sem rupturas. Ela mencionou também que, às vezes, problemas de burocracia e dificuldades com fornecedores ou matérias-primas afetam o processo, mas ressaltou que Tianguá tem se destacado, conseguindo atender seus usuários e até ajudando outros municípios com a disponibilidade de medicamentos. Raul mencionou a articulação com a gestão para ampliar a equipe de farmacêuticos, com a contratação de 5 novos profissionais para a CART e farmácia central, totalizando 6 farmacêuticos no segundo quadrimestre. Jayne destacou que o aumento da demanda de medicamentos no município tornou a necessidade de mais profissionais cada vez mais evidente. A meta inicial era ter 5 farmacêuticos, mas atualmente a equipe conta com 6 profissionais. Raul mencionou a articulação com a gestão para a ampliação de 8 profissionais, incluindo agentes administrativos, para abrir a farmácia, mas observou que, no segundo quadrimestre, não houve a contratação de nenhum agente administrativo. Jayne destacou a carência de profissionais, especialmente de agentes administrativos, e mencionou um projeto em estudo para resolver essa questão. Ela falou sobre a necessidade de profissionais para controlar os medicamentos na UBS e explicou que a ideia é contratar estagiários, com a autonomia já dada pela secretária. O projeto está sendo orçado e, quando estiver pronto, será submetido para aprovação. Raul também comentou sobre a articulação para direcionar um profissional, especificamente um agente administrativo, para atuar junto às equipes das PSFs. Raul falou sobre a articulação com a gestão para a inserção de profissionais farmacêuticos nas farmácias das ESFs. Atualmente, há 2 farmacêuticos residentes nas UBS do Cias e Joana Urias, responsáveis pela dispensação dos medicamentos do componente estratégico. No segundo quadrimestre, foram realizadas 1.810 dispensações desse componente, além de 2.405 dispensações no programa especializado CEAF, que lida com medicamentos de alto custo. Jayne destacou a importância do programa de medicamentos de alto custo, que oferece suporte essencial aos usuários, embora o município não financie os medicamentos. O suporte municipal é crucial para garantir o acesso. Ela observou que, a cada quadrimestre, o número de dispensações aumenta, mencionando que em agosto foram 671 e em outubro, 739 dispensações. Ela previu que esse número deve cair no próximo quadrimestre. Raul destacou que Tianguá se destaca na assistência farmacêutica entre os municípios da Serra da Ibiapaba. Ele ressaltou que o município garante segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos,

especialmente com a adequação da estrutura física da CAFE. No segundo quadrimestre, houve a mudança de prédio da CAFE, e a equipe está trabalhando na reestruturação do novo espaço. Raul informou que a equipe teve autonomia para solicitar ajustes na infraestrutura do prédio da CAFE, garantindo que ele esteja adequado às normas de armazenamento de medicamentos. Além disso, destacou a realização de quatro eventos educacionais sobre o uso racional de medicamentos, com participação de farmacêuticos residentes e estagiários. Ele também mencionou a tentativa de adquirir três computadores e impressoras para informatizar as farmácias das ESFs, mas, até o momento, apenas 10% delas estão informatizadas. O município continua pleiteando equipamentos para ampliar esse número. Raul ressaltou ainda que houve capacitação de um farmacêutico no segundo quadrimestre e que, embora o treinamento sobre o manuseio de insulinas para técnicos de enfermagem não tenha ocorrido, foi realizado um treinamento para estagiários de farmácia na farmácia central. Jayne destacou a necessidade de capacitação para o manuseio e aplicação da insulina, ressaltando que, atualmente, os refrigeradores disponíveis são apenas para vacinas. A equipe está realizando um estudo e orçamentos para viabilizar essa estrutura. Ela mencionou que, devido à alta demanda de trabalho, a equipe não consegue realizar entrevistas diretamente com os usuários, mas os estagiários têm ajudado a identificar a necessidade de treinamento. O objetivo é capacitar os profissionais que estão mais próximos dos pacientes, como agentes de saúde e técnicos de enfermagem, garantindo um melhor acompanhamento do uso da insulina. Raul ressaltou que os farmacêuticos da farmácia municipal já orientam os usuários sobre o uso da insulina no momento da dispensação, mas concordou que é necessário treinar também os técnicos de enfermagem. Ele mencionou que a implantação da Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica ainda não avançou, assim como a criação da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), que segue em discussão. Além disso, destacou a proposta de implantação de serviços de farmácia clínica para acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, que também está em fase de debate. Raul explicou que a criação de consultórios farmacêuticos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) depende da implementação do serviço de farmácia clínica. Assim que esse serviço for implantado, será possível expandi-lo para as UBS, garantindo um acompanhamento mais próximo dos pacientes. Raul mencionou a importância de promover a segurança da população e dos colaboradores na assistência farmacêutica. No entanto, ressaltou que a pandemia já foi oficialmente encerrada em maio de 2023. Eliete questionou sobre a reforma da farmácia para melhor acomodação dos medicamentos, mencionando que o prédio passa por reformas frequentes, aproximadamente a cada seis meses. Ela ressaltou que a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) funciona como um depósito de medicamentos. Eliete destacou que, em vez de reformas frequentes, o prédio da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) passa apenas por adequações. Ela questionou como a contratação de um farmacêutico para atuar nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) poderia facilitar o atendimento, considerando que muitas UBS nem possuem medicação disponível. Eliete questionou sobre a contratação de um farmacêutico para as UBS, levantando a dúvida de como isso poderia facilitar, especialmente considerando que algumas unidades não possuem medicação. Ela sugeriu que, se as UBS começarem a receber as medicações diretamente do Estado, ou se elas puderem ser retiradas na farmácia central, isso poderia melhorar o atendimento. Ela não fez uma sugestão direta, mas expressou uma preocupação sobre como o projeto funcionaria na prática. Jayne explicou que, no momento, não será possível equipar todas as UBS com farmacêuticos, mas que será necessário contar com um auxiliar de farmácia, com a contratação de estagiários em andamento. Um farmacêutico ficará responsável por várias UBS, enquanto os medicamentos de alto custo ainda serão fornecidos pela farmácia central. Eliete questionou se a falta de medicação nas farmácias das UBS se devia ao fato de que os responsáveis

não estavam dispensando a medicação devido à falta de conhecimento sobre a responsabilidade envolvida na dispensação. Jayne explicou que, atualmente, a farmácia das UBS só pode ser abastecida com medicamentos da atenção básica, mas não há ninguém para fazer o controle da dispensação nesses locais. Ela reconheceu que isso é um desafio, não apenas para Tianguá, mas uma questão persistente devido à falta de profissionais responsáveis pelo controle. Eliete questionou se os dois profissionais mencionados nas UBS eram realmente farmacêuticos ou apenas residentes. Jayne esclareceu que Tianguá tem um contrato com a Escola de Saúde Pública para contar com farmacêuticos residentes, que atuam no controle de medicamentos nas unidades onde estão presentes. Ela destacou que essas UBS têm um melhor gerenciamento da medicação e convidou Eliete para conhecer o trabalho deles. A conselheira Socorro ressaltou a importância de um espaço específico para atender diabéticos, mencionando que essa necessidade já havia sido discutida em reuniões anteriores. Ela compartilhou sua própria experiência ao fazer a transição do uso de agulhas para canetas de insulina, destacando a dificuldade de adaptação. Socorro enfatizou que muitos pacientes enfrentam problemas no uso correto da medicação devido à falta de orientação adequada, especialmente quando a família não pode acompanhar o tratamento. Ela sugeriu a criação de uma sala exclusiva para atendimento e instrução de diabéticos, com um profissional capacitado para orientar sobre o uso correto da medicação e os cuidados necessários. Flávia afirmou que a orientação aos diabéticos deve ser feita pela própria equipe da Atenção Básica ou pelo gerente da unidade, destacando que já existe o "Dia do Diabético" para esse acompanhamento. Socorro contestou a afirmação de Flávia, dizendo que, na prática, o Dia do Diabético não funciona como deveria. Ela afirmou que, nesses encontros, os pacientes apenas conversam sobre algumas situações, mas não recebem a devida orientação. Socorro sugeriu que um espaço próximo à farmácia, com um técnico ou outro profissional, poderia auxiliar os pacientes no momento em que recebem a medicação, garantindo que saibam como utilizá-la corretamente. Ela também destacou que, em alguns casos, a equipe da UBS nem sabe que o paciente está usando insulina. Flávia afirmou que irá cobrar da equipe da Atenção Básica e dos gerentes, pois essa orientação aos pacientes diabéticos deve ser realizada dentro das UBS, como parte do trabalho da equipe de saúde. Cleohara destacou que a assistência medicamentosa tem sido priorizada em detrimento da assistência preventiva, devido à alta demanda nas unidades de saúde. Citou que a territorialização de 2019 ainda não foi implementada, prejudicando áreas como o Governador Ferraz, que cobre uma população muito maior do que deveria. Comparou a eficiência do trabalho de prevenção em diferentes unidades, apontando que a alta demanda dificulta a realização desse tipo de atendimento. Também mencionou a falta de comunicação entre os profissionais de saúde sobre a entrega de canetas de insulina, o que impactou a orientação aos pacientes. Por fim, sugeriu que a Secretaria de Saúde desenvolva um projeto específico para atender pessoas com comorbidades, como hipertensão e diabetes, semelhante à iniciativa permitida para a farmácia. Cleohara apresentou a nova integrante do Conselho Municipal de Saúde, Francisca, que substitui a antiga conselheira do Porto do Areia. Francisca, também conhecida como Chaguinha, se apresentou e destacou que participar do conselho será um aprendizado. Ela mencionou a dificuldade no acesso à saúde em sua comunidade, especialmente na área descoberta de Santa Madalena, onde o agente de saúde atende várias localidades, incluindo Valparaíso, sobrecarregando o serviço. Ressaltou a importância da comunidade se envolver na busca por soluções, especialmente na saúde mental, e afirmou que pretende contribuir ativamente no conselho, ouvindo as demandas e trazendo sugestões. Leandro destacou que a equipe foi fortalecida com a inclusão de estagiários, o que melhorou o atendimento e a redução da fila. Ele agradeceu à gestão municipal, reconhecendo que houve avanços na disponibilização de medicações, especialmente as de responsabilidade do Estado

(PPI), que antes apresentavam defasagem. Atribuiu essa melhora à atenção dada pela gestão aos usuários que necessitam desses medicamentos. Ressaltou que, embora ainda haja desafios na saúde, já houve avanços significativos e que os conselheiros devem permanecer atentos para continuar cobrando melhorias. Cleohara destacou que, anteriormente, as reuniões eram marcadas apenas por cobranças e exigências, mas agora também há espaço para reconhecimento e elogios. Ressaltou a importância do controle social não apenas para fiscalizar e cobrar melhorias, mas também para reconhecer avanços e valorizar os esforços da gestão na área da saúde. Virgínia enfatizou a importância da disponibilidade de medicamentos para diabéticos nas UBS e do acesso rápido ao tratamento. Destacou o impacto emocional do diagnóstico de diabetes, que muitas vezes gera pânico e desinformação. Ressaltou que muitas pessoas desconhecem a existência de medicamentos mais eficazes, embora caros, e que a conscientização sobre isso é fundamental. Alertou para o aumento dos casos de diabetes devido a hábitos alimentares inadequados desde a infância. Defendeu que as reuniões nas unidades de saúde devem ser mais profundas e informativas, ajudando a população a entender melhor a doença e suas opções de tratamento. Compartilhou sua experiência pessoal, afirmando estar comprometida com a busca pela cura. Marrocos parabenizou a equipe da farmácia pelo esforço e dedicação em atender à alta demanda. Destacou sua preocupação com a saúde ocular dos pacientes diabéticos, mencionando a falta de continuidade no acompanhamento de casos de retinopatia diabética, o que pode levar à cegueira. Sugeriu a criação de uma equipe especializada para monitorar esses pacientes constantemente. Também abordou a questão do glaucoma, alertando que cerca de 2.400 pessoas em Tianguá podem ter a doença, sendo 20% delas com um tipo mais grave. Lembrou que, no passado, havia um projeto federal em que clínicas cadastradas diagnosticavam e forneciam colírios aos pacientes, mas que esse programa foi descontinuado, transferindo a responsabilidade para os municípios. Discutiu os desafios do componente especializado, que exige critérios rigorosos para distribuição de medicamentos, dificultando o acesso para alguns pacientes. Ressaltou que a falta de profissionais especializados de forma contínua prejudica o atendimento e sugeriu que a Secretaria de Saúde avalie formas de melhorar o acompanhamento dos diabéticos e portadores de glaucoma. Também mencionou a dificuldade dos pacientes em seguir tratamentos endócrinos devido ao alto custo das medicações prescritas no setor privado, levando-os a buscar alternativas na farmácia pública. Finalizou destacando a necessidade urgente de soluções para melhorar a qualidade de vida desses pacientes. Cleohara colocou em votação, de forma conjunta, a aprovação dos setores da Farmácia e do GT do Cuidar. A plenária aprovou ambos por unanimidade, sem abstenções ou votos contrários. Em seguida, submeteu à aprovação as atas das reuniões 6, 7, 8, 9, 10 e 11, que já haviam sido enviadas ao grupo. A votação também resultou em aprovação unânime, sem abstenções ou votos contrários. Após as deliberações, Cleohara passou a palavra para a secretária. Cleohara destacou duas demandas urgentes: **Unidade Básica de Saúde do Catatau** – A obra dessa unidade foi negligenciada por anos. Em gestões anteriores, ela e a equipe do Conselho visitaram o local e solicitaram que a prefeitura concluísse a obra com recursos próprios, já que o financiamento inicial precisou ser devolvido à União. O problema ocorreu porque a construção foi feita em um endereço diferente do previsto, levando à desabilitação do projeto. Desde então, a comunidade tem cobrado a conclusão da unidade, e Cleohara reforçou a necessidade de uma solução definitiva. **CEREST** – O atual local de funcionamento do CEREST é inadequado, sem condições éticas para o atendimento. Recentemente, o Ministério Público visitou o espaço. O prédio oficial do CEREST está abandonado, e a empresa que venceu a licitação para sua reforma não executou o serviço. Cleohara mencionou que já buscou solução com diferentes gestões, mas nada foi resolvido. Como presidente, solicitou providências urgentes para regularizar essas situações. A secretária municipal de saúde, Flávia,

afirmou que tanto a conclusão da UBS do Catatau quanto a reforma do prédio do CEREST já estão nos planos da gestão. No caso da UBS, ainda não há recursos disponíveis, mas o prefeito está buscando financiamento para dar continuidade à obra no próximo ano. Já a reforma do CEREST também é prioridade, e assim que for possível, a gestão dará andamento ao projeto para que o serviço funcione adequadamente. Eliete relatou que, antes da reunião, visitou a UBS Maria Costa do Nascimento para verificar demandas dos usuários. Ela destacou a falta de material para curativo, essencial para um paciente diabético com ferimento no dedo, que já havia tentado atendimento várias vezes sem sucesso. Solicitou que a secretária de saúde, por meio do responsável Max, providenciasse o material imediatamente. Além disso, mencionou que também faltava fita para teste de glicemia, mas verificou que esse item já estava disponível. Ela reforçou sua preocupação com a gravidade do caso e afirmou que, se necessário, levaria o paciente à UPA, mas queria que a UBS assumisse a responsabilidade. Por fim, pediu atenção à situação da Policlínica. Leandro questionou a secretária de saúde sobre a situação da Central de Marcação, destacando as longas filas durante a madrugada e os riscos de violência que os usuários enfrentam ao chegar cedo para garantir atendimento. Ele mencionou que já evita levar celular por segurança e cobrou soluções para melhorar o acolhimento das pessoas, sugerindo o uso da estrutura disponível no local para abrigá-las. Além disso, ressaltou as dificuldades enfrentadas no Posto 3, que atende uma área extensa, incluindo a comunidade das Lajes, e pediu uma melhor organização territorial da unidade para melhorar o atendimento à população. Cleano, conselheiro, criticou a falta de compromisso da Secretaria de Saúde com o Conselho, destacando que promessas foram feitas, mas não cumpridas. Ele mencionou que os conselheiros precisam se esforçar excessivamente, até se "humilhando" por meio de ligações para conseguir realizar as reuniões. Também reclamou dos atrasos no início das reuniões, reforçando a necessidade de maior comprometimento por parte dos conselheiros. Cleohara concordou com Cleano sobre a falta de compromisso e deu como exemplo a questão da fiscalização, ressaltando que muitos conselheiros não comparecem. Ela enfatizou a importância da participação ativa de todos para que o Conselho possa exercer seu papel de forma efetiva. Cleano questionou a secretária se ela conhecia o regimento interno, ao que ela respondeu que sim. Em seguida, ele indagou novamente por que então não estava cumprindo as determinações do regimento, destacando a falta de compromisso com o Conselho. Nayara, conselheira destacou a falta de atendimento prioritário para pacientes atípicos no município, relatando sua experiência pessoal com seu filho na UPA, onde ele não recebeu atendimento adequado durante crises. Como enfermeira formada, embora não exerça mais a profissão, ela afirmou que conhece a legislação que garante prioridade a esses pacientes, mas isso não é respeitado. Criticou também a qualidade do atendimento na UPA, mencionando médicos que mal olham para os pacientes e erros na prescrição de medicamentos. Ressaltou a necessidade de empatia e compromisso dos profissionais de saúde, enfatizando que todos têm problemas, mas devem saber separar as questões pessoais do atendimento à população. A conselheira levantou preocupações sobre a Unidade Básica de Saúde do Polo de Lazer, destacando que a área atendida é muito extensa, com seis agentes de saúde cobrindo seis áreas, enquanto outras seis permanecem descobertas. Questionou a secretária sobre um possível plano de reterritorialização e sobre os custos para a construção de um novo posto. Além disso, mencionou um lixão a céu aberto na comunidade de reciclagem, que continua sendo um problema de saúde pública, pois atrai focos de doenças. Relatou que, no ano passado, houve ações da equipe de endemias, mas a situação persiste. Outro ponto abordado foi o aumento do número de cães de rua, destacando o risco de mordidas e o aumento da procura por vacina antirrábica. Questionou se há algum projeto da prefeitura para controlar essa situação, tanto na comunidade quanto no município como um todo. Jonatan trouxe uma questão urgente relacionada

à falta de insumos para pessoas com lesão medular no município. Ele explicou que esses pacientes utilizam sonda de alívio (geralmente nº 12) cinco vezes ao dia, além de precisar de gases, luvas e gel lubrificante. No momento, apenas o gel está disponível na unidade de saúde, enquanto as sondas, luvas e gases estão em falta. Ele destacou o impacto financeiro dessa ausência, mencionando que um paciente pode gastar cerca de **R$ 350 por mês** apenas com sondas, o que equivale a um quarto do salário mínimo. Como consequência, muitos estão reduzindo a frequência do uso das sondas para economizar ou até fervendo sondas reutilizadas, o que aumenta o risco de infecção urinária. Por fim, Jonatan questionou a secretária sobre quais medidas a gestão está tomando para resolver esse problema e pediu uma resposta imediata, pois já estava no horário de trocar sua sonda. Rosa iniciou parabenizando a secretária pelo trabalho que vem realizando, mas destacou algumas preocupações trazidas pela população. Ela relatou diversas reclamações sobre o atendimento dos médicos nos postos de saúde, mencionando que, quando atendem em consultórios particulares, são atenciosos e humanos, mas, no serviço público, muitos usuários se sentem maltratados. Ela ressaltou que os pacientes já chegam fragilizados às unidades e, ao serem mal atendidos, a situação se agrava. Um dos postos mais citados nas reclamações foi o do bairro próximo à Rodoviária. Outro ponto abordado foi a falta de agentes de saúde no bairro **Regis Diniz (Polo de Lazer)**, que está sem cobertura desde 2017. Rosa mencionou que, antes, sua casa era visitada por agentes, mas, após mudanças de gestão, nunca mais recebeu atendimento domiciliar. Ela citou a agente Karina, que ajudou pontualmente durante a vacinação contra a COVID-19, mas reforçou que a falta de agentes continua sendo um problema grave na região. Por fim, Rosa questionou a secretária sobre quais medidas poderiam ser tomadas para resolver essas questões. Virgínia, conselheira, questionou sobre o concurso para agentes de saúde, perguntando se existem vagas disponíveis e se haverá provas para a contratação ou capacitação desses profissionais. Ela buscou informações sobre como o município está lidando com a formação de agentes de saúde, visando melhorar o atendimento e a cobertura nas áreas. Raul, farmacêutico questionou a secretária sobre a possibilidade de conversar com os médicos que ainda prescrevem manualmente, pois muitas receitas recebidas na farmácia estão ilegíveis, dificultando a identificação das medicações pelos pacientes. Ele sugeriu que fosse discutida uma solução para esse problema, visando melhorar a clareza nas prescrições médicas. Flávia, a secretária, iniciou falando sobre a necessidade de definir um fluxo para o atendimento de pacientes com lesão medular, especialmente no que se refere ao fornecimento de insumos, como sondas e luvas. Ela explicou que, no momento, o município não tem um fluxo organizado, o que resulta em uma distribuição desordenada desses materiais. Ela ressaltou que, embora haja um cadastro no GT para alguns pacientes, o serviço de distribuição ainda carece de uma coordenação eficiente. Flávia também mencionou que pessoas têm recebido materiais de formas erradas, como médicos ou profissionais de saúde retirando itens em nome dos pacientes. Ela pediu desculpas pelos problemas enfrentados e sugeriu que os pacientes procurassem o GT com as receitas das unidades de saúde. Além disso, falou sobre as falhas nos estoques e nas entregas de materiais, mencionando que se havia algum erro, a responsabilidade não era do gestor maior, mas de setores específicos da secretaria, como o de compras e o depósito, que ela se comprometeu a verificar e corrigir. Flávia comentou sobre a central de marcação, mencionando que tomaria providências para abrir a sala às 6 horas da manhã para acomodar as pessoas. Em relação à falta de compromisso no conselho, ela pediu que o conselho formalizasse suas queixas por meio de um ofício, especificando os pontos que estavam sendo negligenciados, incluindo o cumprimento do regimento. Sobre o café da manhã, ela explicou que não podia fornecer sem licitação, pois estava usando recursos próprios para isso, uma vez que não havia licitações previstas. Ela também destacou que, devido à nova legislação, a prioridade da administração foi dada a medicamentos e insumos, e que outras

questões, como lanches e fardamentos, estavam sendo resolvidas aos poucos, com previsão para finalização até dezembro. Um conselheiro agradeceu a Flávia pela agilidade em resolver um procedimento para o pai dele, que havia se acidentado, destacando a rapidez e a atenção dela em atender a situação. Flávia mencionou que tem comparecido a 90% das reuniões do conselho, mas que é inviável para ela participar de 100% delas, devido às várias responsabilidades que possui na pasta. Ela destacou que, embora compreenda a importância das reuniões, seu horário de chegada será geralmente o mesmo, considerando suas outras obrigações. Gisélia relatou uma situação de uma idosa de Santa Luzia que estava com falta de oxigênio e sem atendimento, pois a ambulância não estava disponível. Ela ligou para Josué, da garagem, que sugeriu acionar o resgate, mas este estava em manutenção. Gisélia orientou a família a acionar o SAMU, já que não tinha os dados da idosa. Ela também mencionou que a ambulância que deveria atender a região foi retirada após as eleições, conforme informado pela comunidade. Cleohara mencionou que o Conselho já discutiu várias vezes sobre as ambulâncias, inclusive com a equipe da Secretaria, mas não houve retorno sobre a questão. Ela destacou que, apesar das promessas de buscar informações, o Conselho ainda não recebeu os dados necessários para repassar à conselheira e à comunidade. Flávia explicou que a logística das ambulâncias foi alterada devido a defeitos em uma ambulância nova, que foi colocada em uma comunidade, mas apresentou vários problemas em menos de um mês. Como solução, uma ambulância mais nova foi trazida para atender pacientes graves, enquanto a outra foi alugada. Ela enviou um ofício sobre essa mudança, mas não sabe por que a ambulância não retornou à sua localização original. Flávia afirmou que irá verificar a situação, incluindo se a ambulância está em alguma atividade ou se há problemas com a garagem ou o motorista. Flávia abordou a questão da prioridade no atendimento em unidades de urgência e emergência, como a UPA. Ela explicou que o protocolo segue uma classificação de risco e gravidade dos sintomas, e não a prioridade baseada em deficiência ou condições como o autismo. A classificação é feita de acordo com a gravidade do caso, e o sistema determina se um paciente com autismo deve ser atendido antes de uma criança com febre alta ou epilepsia, por exemplo. Flávia, como enfermeira com experiência na gestão de UPA, afirmou que o protocolo é automatizado e segue critérios clínicos objetivos. Ela se comprometeu a levar as preocupações para a UPA e discutir melhorias no atendimento, sem justificar falhas, mas oferecendo uma explicação baseada no sistema vigente. Nayara compartilhou sua frustração com a falta de prioridade no atendimento em situações de emergência. Ela mencionou que, em algumas ocasiões, percebeu que pacientes com condições graves estavam sendo deixados para trás enquanto outros eram atendidos antes, apesar de sua gravidade. Ela relatou que, ao chegar em uma unidade de saúde com seu filho no colo, ficou esperando enquanto outros, aparentemente menos graves, eram atendidos. Nayara expressou sua insatisfação com o processo, reconhecendo a correria do atendimento, mas destacando a necessidade de uma abordagem mais sensível e eficiente para as situações de urgência. Flávia afirmou que levaria as demandas de Nayara para os responsáveis, deixando claro que a gestão não compactua com esse tipo de situação e não apoia comportamentos inadequados. Nayara comentou sobre problemas relacionados à medicação, mencionando que, ao buscar atendimento, parecia que o médico não estava lendo adequadamente o caso do paciente, o que gerava dificuldades no acolhimento e no processo de prescrição. Flávia comentou que a prática de dupla checagem é importante, destacando que é bom o profissional revisar o que foi feito por outra enfermeira. Ela ressaltou que essa abordagem ajuda a garantir que nenhuma informação seja esquecida ou registrada de forma errada, promovendo uma maior segurança no atendimento. Flávia explicou que o trabalho de territorialização, coordenado pela equipe de atenção básica, está em processo de finalização, com um levantamento sendo feito para abordar as áreas descobertas pelos agentes de

saúde. Ela ressaltou que esse é um trabalho de médio a longo prazo, que envolve questões como a necessidade de recursos e a organização necessária para a abertura de concursos públicos, especialmente quando se trata de agentes de saúde. Ela enfatizou que não pode fazer isso sem garantir os recursos necessários, principalmente os do governo federal. Cleohara destacou a seriedade da situação envolvendo a perda do credenciamento de 39 agentes de saúde durante a gestão anterior, devido a uma ação irresponsável do último gestor. Ela mencionou que tentou resolver a questão, questionando e buscando informações sobre o processo, mas não obteve respostas. A situação se agravou ainda mais quando ficou claro que o secretário de estado não estava comprometido com a solução, e o presidente da instituição estava teimando. Cleohara ressaltou que o processo de seleção efetiva nunca foi iniciado, e o gestor anterior tentou implementar uma seleção simplificada, o que complicou ainda mais o problema na área da saúde. Flávia explicou que não pode dar uma data precisa para ações que dependem de fatores fora de seu controle, mas se comprometeu a realizar a parte que cabe à gestão. Ela destacou que a falta de atenção primária tem gerado grandes problemas, sobrecarregando a Secretaria, a Prefeitura e serviços como São Camilo e a UPA. Isso torna a saúde cada vez mais cara. Flávia ressaltou que, quando os serviços forem abertos, aliviarão esses problemas, especialmente com o foco em promoção e prevenção, apoiado pelo Ministério da Saúde. Embora os postos e equipes já estejam preparados, a abertura depende da liberação do Ministério, e ela não tem uma resposta precisa sobre a data. Flávia mencionou que não tem uma resposta sobre a questão do lixão, pois ainda não possui informações suficientes, mas se comprometeu a buscar. Em relação aos cachorros, destacou que há um projeto de castração em andamento, com colaboração da prefeitura e do secretário de meio ambiente. Ela reforçou que a responsabilidade sobre o problema dos animais também envolve a população e é uma questão de saúde pública, que demanda um esforço conjunto entre as secretarias e organizações sociais. Flávia falou sobre um projeto de capacitação para os profissionais da atenção primária, que incluirá todos os colaboradores, desde recepção até os profissionais de saúde, com o objetivo de melhorar o atendimento. Ela mencionou que o projeto já está pronto e acredita que os treinamentos começarão no início do próximo ano. Além disso, ela explicou que, junto com a central de marcação, será feito um levantamento para visualizar a quantidade de profissionais e médicos, e que os usuários poderão avaliar o atendimento após as consultas. Isso resultará em um banco de dados que ajudará a identificar pontos de melhoria e responsabilizar os profissionais quando necessário. Domingos, conselheiro, falou sobre a contratação de médicos, destacando que, muitas vezes, não conhecemos bem esses profissionais. Ele ressaltou a importância do trabalho de treinamento e das reuniões com a equipe técnica para garantir um atendimento de qualidade. Enfatizou que, caso haja insatisfação com o atendimento, a população pode registrar as queixas no serviço de saúde, e a gestão tomará providências. Caso o médico apresente condutas inadequadas, ele pode ser substituído, pois o objetivo é garantir um bom relacionamento entre médico e paciente. Flávia explicou que a ambulância está na Santa Luzia, mas o motorista não recebeu nenhuma chamada. Ela afirmou que a ambulância está disponível, mas o motorista não foi acionado para realizar qualquer serviço até o momento. Eliete perguntou sobre relação a reforma da sua UBS. Flávia explicou que a reforma da UBS ainda está em processo de levantamento e planejamento. Ela mencionou que o Ministério da Saúde está envolvido, e que assim que as condições forem favoráveis, as obras devem começar. Ela também destacou que a abertura de novas unidades e reformas dependem de recursos e da aprovação dos processos, o que demanda tempo. Flávia mencionou que já foram realizadas 12 reformas de unidades de saúde e que esta é a última que está sendo feita no momento. Eliete agradeceu a Domingos pelo atendimento prestado durante a cirurgia de pedra na vesícula de seu irmão, mencionando alguns

contratempos, mas destacando a boa experiência no atendimento. Ela também agradeceu à Secretaria de Saúde pelo apoio e parabenizou toda a equipe que atendeu seu irmão, ressaltando a importância do trabalho conjunto e desejando que o atendimento continue sendo da mesma qualidade para outros pacientes. Cleohara agradeceu a todos, destacando o compromisso de todos e expressando gratidão, antes de pedir para tirar uma foto com o grupo. Cleohara, deu por encerrada a reunião. E, eu, Maria Thaynara Queroz Nascimento, depois de lida e redigida, lavrei a presente ata. Tianguá, Ceará, treze de novembro de dois mil e vinte e quatro.

Estavam presentes na reunião ordinária do dia 13/11/2024:

Representantes do Governo:

Flávia Araújo Cardoso Procópio (Titular - Sec. De Saúde)
Rosa Maria Paz de Melo Barreto (Titular - Sec. De Educação)
Emanuel Aguiar Lopes (Suplente - Sec. De Agricultura)

Representantes dos Prestadores de Serviço:

Francisco Maxwell Lima (Titular - Atenção Básica)

Representante dos Profissionais de Saúde:

Giselia Maria Pereira da Silva Frota (Titular - Nível Superior)
Marrocos Roque Soares Neto (Titular - Nível Superior)
Lívia Cavalcante Correia (Titular - Nível Médio)
Maria do Socorro Carneiro Prado (Titular - Nível Médio)
Cleohara Moita de Souza (Titular - Agente Comunitários de Saúde)
Cleano Alves Araújo (Suplente - Agente Comunitários de Saúde)
Diego Wilson Cavalcante (Titular - Agente de Combate as Endemias)
Ana Claudia S. da Rocha (Titular - ASMULTI)

Representantes dos Usuários:

Antonio Manoel Salvino (Titular - Usuário Pindoguaba)
Elaine Rute Araújo da Silva (Suplente - Usuário Caruataí)
Naiara Carvalho Messias da Silva (Suplente - Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio)
Maria Eliete Araújo de Miranda (Suplente - Usuário CSU)
Rosa Liduina Portela (Titular - Usuário Frecheiras)
Benedita Gentil Muniz (Titular - Pastoral da AIDS)
Jonatan de Arruda Rodrigues (Titular - Comunidade Rodoviária)
Leandro de Jesus Araújo (Titular - Campo do Laurão e Adjacências)
Virginia Maria Ferreira (Suplente - Campo do Laurão e Adjacências)
Francinete Ferreira Cardoso (Titular - SISMUT)
Francisca das Chagas Domingos da Conceição (Titular - APAMA/Valparaiso)
Elizângela da Silva Sousa (Suplente - APAMA/Valparaiso)

Convidados (as):

Amanda Mendes dos Santos – Psicóloga – GT do Cuidar
Jayne Rocha de Vasconcelos – Farmacêutica /Assistência Farmacêutica
Fernando Raul C. de Vasconcelos – Farmacêutico/Assistência Farmacêutica

Cleohara Moita de Souza

Cleohara Moita de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Tianguá

689

690

691 Maria Thaynara Queroz Nascimento

692 **Sec. Executiva do C.M.S. de Tianguá**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

Conselho Municipal de Saúde

CMS Conselho Municipal de Saúde de Tianguá

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024

Nº	NOME	CONDIÇÃO	SEGUIMENTO	ASSINATURA
01	Flávia Araújo Cardoso Procópio	Titular	Sec. De Saúde	
	Sabrina Araújo Coimbra Moita	Suplente	Sec. De Saúde	
02	Quintina Rosangela Rodrigues Bevilaqua	Titular	13ª CRES/ADS	
	Anita Saraiva Dornelles Maciel	Suplente	13ª CRES/ADS	
03	Rosa Maria Paz de Melo Barreto	Titular	Sec. De Educação	
	Marcus Antônio Ximenes Pereira	Suplente	Sec. De Educação	
04	Antonio Pinheiro do Nascimento	Titular	Sec. De Agricultura	
	Emanuel Aguiar Lopes	Suplente	Sec. De Agricultura	
05	Valéria Viana Albuquerque	Titular	Sec. De Assistência Social	
	Raimundo Valdir da Silva Celestino Junior	Suplente	Sec. De Assistência Social	
06	Domingos Gomes de Lima	Titular	H.M.M.N	
	Ana Maria Araújo da Rocha	Suplente	H.M.M.N	
07	Francisco Maxwell Lima	Titular	Atenção Básica	
	Talyne Silva Pereira	Suplente	Atenção Básica	
08	Kássia Silva da Rocha	Titular	Prest. De Serviço	
	Anastácio de Arruda Filho	Suplente	Prest. De Serviço	
09	Giselia Maria Pereira da Silva Frota	Titular	Nível Superior	
	Antonio Victor Figueira da Silva	Suplente	Nível Superior	
10	Cláudia Lima Fontenele	Titular	Nível Superior	
	Antonio Jameli Sousa Sales	Suplente	Nível Superior	
11	Marrocos Roque Soares Neto	Titular	Nível Superior	

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024

	Emanuel Araujo Santana	Suplente	Nível Superior	
12	Lívia Cavalcante Correia	Titular	Nível Médio	Lívia Cavalcante Correia
	Fabiana Kessya Freire Machado de Brito	Suplente	Nível Médio	
13	Maria do Socorro Carneiro Prado	Titular	Nível Médio	
	Iraci Nágela de Souza Fontenele	Suplente	Nível Médio	
14	Mirta Maria Soares Mendonça	Titular	Nível Médio	
	Eleneudo Teles Frota	Suplente	Nível Médio	
15	Cleohara Moita Souza	Titular	Agente Comunitários de Saúde	
	Cleano Alves Araújo	Suplente	Agente Comunitários de Saúde	
16	Diego Wilson Cavalcante	Titular	Agente de Combate as Endemias	
	Daniel Moita Ponte	Suplente	Agente de Combate as Endemias	
17	Francisca de Sousa Morais	Titular	Sind.Trab.Rurais	
	Manoel Vicente dos Santos	Suplente	Sind.Trab.Rurais	
18	Ana Claudia S. da Rocha	Titular	ASMULTI	
	Renata da Silva Fontenele	Suplente	ASMULTI	
19	Francisca Rejane Sousa Silva	Titular	Usuário Arapá	
	Fernando Souza Paulino	Suplente	Usuário Arapá	
20	Antonio Manoel Salvino	Titular	Usuário Pindoguaba	
	José Romario Silva do Nascimento	Suplente	Usuário Pindoguaba	
21	Maria Edivânia da Silva Costa	Titular	Usuário Caruataí	
	Elaine Rute Araújo da Silva	Suplente	Usuário Caruataí	Elaine Rute
22	Romana Machado de Vasconcelos	Titular	Usuário Tabainha	
	José William Carneiro Machado	Suplente	Usuário Tabainha	

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024

23	José Ribamar Teles	Titular	Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio	
	Naiara Carvalho Messias da Silva	Suplente	Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio	Naiara Carvalho.
24	Viviane Rocha Araújo Pierre	Titular	Usuário CSU	
	Maria Eliete Araújo de Miranda	Suplente	Usuário CSU	Eliete Araújo
25	Rosa Liduina Portela	Titular	Usuário Frecheiras	Portela
	Valdene Vasconcelos Cunha	Suplente	Usuário Frecheiras	
26	Benedita Gentil Muniz	Titular	Pastoral da AIDS	
	Beatriz Aparecida da Fonseca	Suplente	Pastoral da AIDS	
27	Jonatan de Arruda Rodrigues	Titular	Comunidade Rodoviária	Jonatan de Arruda
	André Ferreira de Oliveira	Suplente	Comunidade Araticum	
28	Leandro de Jesus Araújo	Titular	Campo do Laurão e Adjacências	
	Virginia Maria Ferreira	Suplente	Campo do Laurão e Adjacências	Virginia
29	Francisca Florência de C. Cardoso	Titular	Usuário Sitio São José	
	Rosiane Oliveira Vieira	Suplente	Usuário Sitio São José	
30	Francinete Ferreira Cardoso	Titular	SISMUT	Francinete F. Cardoso
	José Alci Dourado de Aragão	Suplente	SISMUT	
31	Benedito André da Silva	Titular	LGBT/Coração Valente	
	Paulo Marques da Silva	Suplente	LGBT/Coração Valente	
32	Francisca das Chagas Domingos da Conceição	Titular	APAMA/Valparaiso	Francisca
	Elizângela da Silva Sousa	Suplente	APAMA/Valparaiso	

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

Conselho Municipal de Saúde

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024

CONVIDADOS	
NOME	**PROFISSÃO/SETOR**
1. Amanda Mendes dos Santos	Psicóloga - GT do Cuidar
2. Layane Rocha de Vasconcelos	Farmacêutica / Assistência Farmacêutica
3. Paulo Raul C. de Vasconcelos.	FARMACÊUTICO - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	